

Processo Parque Mayer

ANTECEDENTES

CRONOLOGIA

- ⇒ **19/11/2002**: - Foi aprovada na CML uma proposta de informação prévia sobre os parâmetros urbanísticos do Parque Mayer, conducentes à instalação de um Casino nestes terrenos, com os votos contra do PCP e do PS.
- ⇒ **14/12/2002**: - Os Vereadores do PCP participam ao MP junto do Tribunal Administrativo no sentido de peticionar a nulidade daquela informação prévia;
- ⇒ **06/02/2003**: - O MP arquiva o processo, referindo que a Informação Prévia não é acto lesivo de terceiros, nem condição de licenciamento;
- ⇒ **13/02/2003**: - Os Vereadores do PCP participam os mesmos factos ao IGAT
- ⇒ **12/03/2003**: - Os Vereadores do PCP recorrem hierarquicamente do despacho do MP, para o Procurador junto do Tribunal Central Administrativo (Superior Hierárquico);
- ⇒ **12/06/2003**: - O MP junto do Tribunal Central Administrativo dá razão ao recurso, e determina a reabertura do processo e a análise jurídica das ilegalidades denunciadas pelo PCP;
- ⇒ **22/08/2003**: - Depois do processo ter “baixado” (isto é, depois de ter voltado às mãos do procurador inicial), este volta a determinar o arquivamento, agora porque Santana Lopes propôs e a CML aprovou a elaboração do plano de pormenor do Parque Mayer (que não chegaria a ser elaborado).

Na verdade após a decisão do MP que deu razão ao PCP, Santana Lopes, prevendo alguns entraves jurídicos à Construção do Casino, mudou a localização deste – tendo sido para apresentadas outras alternativas.

Processo Permuta dos terrenos de Entrecampos pelos do Parque Mayer

CRONOLOGIA

- 04/02/2005**: - Aprovada na CML a submissão à AML da permuta dos terrenos municipais de Entrecampos pelos do Parque Mayer, com os votos contra do PCP.
- 01/03/2005**: - Aprovada na AML (COM OS VOTOS FAVORAVEIS DO BE) e voto contra do PCP e do PEV a permuta dos terrenos.

04/07/2005: - Realizada a hasta pública de venda da parte sobranete dos terrenos municipais de Entrecampos, culminando na adjudicação à Bragaparques mediante invocação dum suposto direito de preferência;

05/07/2005: - É realizada a Escritura da Permuta dos terrenos;

20/07/2005: - Os Vereadores do PCP em reunião da CML comunicam que irá ser apresentado nas instâncias judiciais próprias, participação sobre a permuta e hasta pública deste processo.

27/07/2005: - Na Reunião da CML subsequente, Pedro Santana Lopes, refere que ele próprio já enviou a documentação ao Procurador e IGAT para avaliar da legalidade de todo o processo;

01/08/2005: - A CDU (PCP e Verdes), apresentou duas queixas: Uma junto do MP no Tribunal Administrativo no sentido de peticionar a declaração de nulidade do negócio de permuta e da hasta pública; Outra, perante a Polícia Judiciária, por haver indícios de Administração Danosa e Perturbação de Arrematação com o negócio e hasta pública.

19/09/2006: - O PCP (Carlos Chaparro), na sequência do anúncio que o Capitólio não vai ser demolido, faz um aditamento às participações da CDU: Também perante o MP junto do Tribunal Administrativo e perante a Polícia Judiciária.